

A Geografia na Contemporaneidade

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Geografia na Contemporaneidade

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-018-6

DOI 10.22533/at.ed.186182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia econômica. 3. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia Sócioambiental”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu I volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia física engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia física, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, agroecologia, hidrografia e território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia física. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRAFIA SÓCIOAMBIENTAL

CAPÍTULO 1	1
OS DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL/RJ QUANTO AO DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	
Gislaini Souza Magdalena Paravidino Vicente Paulo dos Santos Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.1861821121	
CAPÍTULO 2	14
A AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA CAMPONESA	
Emerson Ferreira da Silva Julie Mathilda Semiguem Pavinato Rafael Lucas Alves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1861821122	
CAPÍTULO 3	26
A AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA DO SABER	
Elder Quiuqui Crislândia Reis Brito Gilmário Almeida Valéria Pancieri Sallin Edson Rocha Santos Adão das Neves Pereira Fábio Júnior Braz dos Santos Eni Silva Santiago Celso Luiz Borges de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1861821123	
CAPÍTULO 4	35
A PERSPECTIVA INTEGRACIONISTA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA	
Andréa Marcia Legnani Fernando José Martins	
DOI 10.22533/at.ed.1861821124	
CAPÍTULO 5	48
AS JORNADAS DE AGROECOLOGIA DA BAHIA COMO ESPAÇO DE ARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA QUINTA EDIÇÃO	
Anderson Souza Viana Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.1861821125	
CAPÍTULO 6	59
PATRIMÔNIO CULTURAL E NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO: A AGROECOLOGIA E VISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO	
Adilson Tadeu Basquerote Silva Eduardo Pimentel Menezes Rosemy Da Silva Nascimento Morgana Scheller	
DOI 10.22533/at.ed.1861821126	

CAPÍTULO 7 73

CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS VINCULADOS À ASSOCIAÇÃO DANDO AS MÃOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

[Monalisa Janaya Castelo da Silva Vasconcelos](#)

[Djalma Adão Barbosa Júnior](#)

[José Adolfo Iriam Sturza](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821127

CAPÍTULO 8 88

OS TERRITÓRIOS MORAIS DE AGRODIESEL: A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS NO SEMIÁRIDO BAIANO*

[Maya Manzi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821128

CAPÍTULO 9 99

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: ALTERNATIVA À CRISE ESTRUTURAL?

[Carlos Marcelo Maciel Gomes](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821129

CAPÍTULO 10 113

AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO TEMPORAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DA BACIA HIDROGRAFICA DO CORREGO SÃO MATEUS INFLUENCIADA PELO ATERRO SANITÁRIO SALVATERRA E PELO DISTRITO INDUSTRIAL PARK SUL

[César Henrique Barra Rocha](#)

[Sanderson dos Santos Romualdo](#)

[Hiago Fernandes Costa](#)

[Bruna Helena Coelho Pereira](#)

[Thiago Willian Lemos Fernandes](#)

[Leonardo Pimenta de Azevedo](#)

[Ana Carolina Nascimento Leão](#)

[Amanda de Sousa](#)

[Antoine Philippe Casquin](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211210

CAPÍTULO 11 130

OS FATORES NATURAIS, O USO, A CHUVA E A ENCHENTE NO RIO VERMELHO NA CIDADE DE GOIÁS-GO EM 2001.

[Adriana Aparecida Silva](#)

[Maria Gonçalves da Silva Barbalho](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211211

CAPÍTULO 12 140

GEOGRAFIA POLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS E REPRODUÇÃO CAPITALISTA: ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE A EXPANSÃO DOS HIDRONEGÓCIOS EM MATO GROSSO

[Ivan de Sousa Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211212

CAPÍTULO 13	155
GEOGRAFIA(S) DA PRODUÇÃO DE COCO NO BRASIL: ESPAÇO E TEMPO, TÉCNICA E TERRITÓRIO	
Leandro Vieira Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.18618211213	
CAPÍTULO 14	171
MORFOMETRIA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E SUA RELAÇÃO COM USO DAS TERRAS: CASO DA BACIA DO RIO PARAIBUNA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
João Cesar de Resende	
Letícia D'Agosto Miguel Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.18618211214	
CAPÍTULO 15	182
LAGOS ARTIFICIAIS E POSSÍVEL INFLUÊNCIA NO CLIMA LOCAL E NO CLIMA URBANO: ESTUDO EM PRESIDENTE EPITÁCIO (SP)	
Marcos Barros de Souza	
Zilda de Fátima Mariano	
Emerson Galvani	
DOI 10.22533/at.ed.18618211215	
CAPÍTULO 16	190
PRODUÇÃO, PATRIMÔNIO E IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: A AGROECOLOGIA E ALTERAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE OS SUJEITOS	
Adilson Tadeu Basquerote Silva	
Eduardo Pimentel Menezes	
Rosemy Da Silva Nascimento	
Morgana Scheller	
DOI 10.22533/at.ed.18618211216	
CAPÍTULO 17	204
PRÁTICAS DO COTIDIANO NAS ÁGUAS DE FRONTEIRA: PESCA, CONTRABANDO E COMIDA	
Paola Stefanutti	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.18618211217	
CAPÍTULO 18	221
A ATUAÇÃO DOS VENTOS EM PALMAS, TO	
Liliane Flávia Guimarães da Silva	
Lucas Barbosa e Souza	
DOI 10.22533/at.ed.18618211218	
CAPÍTULO 19	233
ANÁLISE DO USO E DA COBERTURA DA TERRA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
Camila de Moraes Gomes Tavares	
Ricardo Guimarães Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.18618211219	

CAPÍTULO 20	243
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUL DO AMAPÁ	
Irenildo Costa da Silva	
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão	
Roni Mayer Lomba	
DOI 10.22533/at.ed.18618211220	
CAPÍTULO 21	257
PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA INDICADOR DE QUALIDADE DE TEMPERATURA (iqT) E APLICAÇÃO EM CIDADES PARANAENSES	
Máriam Trierveiler Pereira	
Geórgia Pellegrina	
Odacir Antonio Zanatta	
Marcelino Luiz Gimenes	
Creir da Silva	
Shigetoshi Sugahara	
DOI 10.22533/at.ed.18618211221	
CAPÍTULO 22	269
ANÁLISE METODOLÓGICA E INTERPRETATIVA DE MAPEAMENTO DO RELEVO DE PELOTAS/RS	
Anderson Rodrigo Estevam da Silva	
Moisés Ortemar Rehbein	
DOI 10.22533/at.ed.18618211222	
CAPÍTULO 23	283
BANCO MUNDIAL, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE IRRIGAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL	
Gleydson Pinheiro Albano	
DOI 10.22533/at.ed.18618211223	
CAPÍTULO 24	296
CRÉDITO RURAL COOPERATIVO E DESENVOLVIMENTO LOCAL. ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL (PR)	
Rosecleia Burei Presa	
Pedro Ivan Christoffoli	
DOI 10.22533/at.ed.18618211224	
CAPÍTULO 25	312
GEOTECNOLOGIAS: TÉCNICAS E APLICAÇÕES NA AGROPECUÁRIA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
DOI 10.22533/at.ed.18618211225	
CAPÍTULO 26	320
ANÁLISES HÍDRICA PARA ALGUMAS CULTURAS NA MICRORREGIÃO VÃO DO PARANÃ – GO	
Luiz Carlos Benicio de Brito	
Diego Simões Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.18618211226	
SOBRE A ORGANIZADORA	327

BANCO MUNDIAL, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE IRRIGAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL

Gleydson Pinheiro Albano

Universidade Federal do Rio Grande do Norte -
UFRN

Caicó - Rio Grande do Norte

RESUMO: As políticas de irrigação inseridas a partir da década de 1970 no Nordeste do Brasil mudaram as feições do tradicional semiárido nordestino, transformando alguns pontos em “ilhas de modernidade”, com o desenvolvimento da agricultura irrigada e o uso de pacotes tecnológicos da Revolução Verde. O Banco Mundial teve presença marcante nessas políticas, com o financiamento de várias políticas ligadas a perímetros de irrigação. O trabalho em questão tem como objetivo analisar a atuação do Banco Mundial nas políticas públicas de irrigação no Nordeste do Brasil, desde os anos 1970 até a atualidade. Para isso, utilizou-se de pesquisa bibliográfica em bases de dados virtuais de bibliotecas públicas e documental no banco de dados do Banco Mundial. Como considerações finais, tem-se a constatação da participação do banco no processo de modernização do Nordeste por meio da agricultura irrigada desde a década de 1970 até hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Banco Mundial, desenvolvimento, irrigação, Nordeste.

ABSTRACT: Irrigation policies inserted from the 1970s in the Northeast of Brazil, changed the features of the traditional semi-arid northeast, turning some points in “modern islands”, with the development of irrigated agriculture and the use of technological packages of Green Revolution . The World Bank had a strong presence in these policies, with funding of several linked to irrigation perimeters. The work in question aims to analyze the performance of the World Bank in public irrigation policies in the Northeast of Brazil, from the 1970s to the present. For this, we used bibliographical research in virtual databases of public and document libraries in the World Bank database. As final considerations, there is the realization of the bank’s participation in the Northeast of the modernization process through irrigated agriculture from the 1970s to today.

KEYWORDS: World Bank, development, irrigation, Northeast.

1 | INTRODUÇÃO

As políticas de irrigação inseridas a partir da década de 1970 no Nordeste do Brasil mudaram as feições do tradicional semiárido nordestino, transformando alguns pontos em “ilhas de modernidade”, com o desenvolvimento da agricultura irrigada e o uso de pacotes tecnológicos da Revolução Verde. O Banco

Mundial teve presença marcante nessas políticas, com o financiamento de várias políticas ligadas a perímetros de irrigação. O trabalho em questão tem como objetivo analisar a atuação do Banco Mundial com suas políticas de “desenvolvimento” nas políticas públicas de irrigação estatais no Nordeste do Brasil, desde os anos 1970 até a atualidade.

Para isso, foi necessário entender, em um primeiro momento, o conceito de desenvolvimento, como ele é apropriado pelo Banco Mundial. Em um momento posterior, entender um pouco sobre como se estrutura o referido banco e, por fim, o foco principal do trabalho, como o banco tem operado nas políticas públicas voltadas para a irrigação no Nordeste do Brasil ao longo dos últimos 50 anos.

2 | DESENVOLVIMENTO, BANCO MUNDIAL E POLÍTICAS DE IRRIGAÇÃO

2.1 Desenvolvimento

Desde o uso comum, das ruas até a acepção no dicionário, o conceito desenvolvimento remete a algo que está progredindo, em progresso. Segundo o dicionário Houaiss (2009), desenvolvimento implica em “[...] ação ou efeito de desenvolver-se” e também “crescimento, progresso, adiantamento”. Por fim tem-se também que o crescimento pode ser “[...] econômico, social e político de um país, região, comunidade, etc.”.

O termo ganha uso mundial após a Segunda Guerra Mundial, na esteira do surgimento das organizações supranacionais globais, como a ONU, FMI, CEPAL, dentre outras.

Oliveira (2010) observa que o desenvolvimento é fruto de um processo de evolução histórica de ideias e instituições que se desenvolveram ao longo de vários séculos, principalmente no mundo ocidental.

O referido autor salienta que uma das principais bases de sustentação da noção de desenvolvimento é a perspectiva de progresso que foi fomentada principalmente nos séculos XVII e XVIII, no contexto iluminista. Durante essa época,

[...] a noção de progresso se consolida como uma ideia que está relacionada à possibilidade de melhorar as condições de vida humana a partir de incrementos em tecnologia, do desenvolvimento da ciência e de mudanças no padrão de organização social (OLIVEIRA, 2010, p. 52).

Após a publicação da obra de Charles Darwin, “A Origem das Espécies”, o conceito de evolução começa a ganhar destaque nos debates teóricos e influência nas ciências sociais, fazendo com que termos como “etapas”, “avanços” e “desenvolvimento” se tornem cruciais (OLIVEIRA, 2010).

O desenvolvimento no século XIX do método comparativo de análise nas ciências sociais consolida as ideias de progresso e desenvolvimento no mundo ocidental, como ponto de referência para o destino de toda a humanidade, pois, a partir desse momento,

instituições e culturas começaram a ter um tratamento comparativo no mundo todo (OLIVEIRA, 2010).

O método comparativo vai ser de extrema importância para a consolidação do pensamento desenvolvimentista, que está ancorado fundamentalmente na aceitação da ideia de que há uma tendência evolutiva na vida humana, ou seja, as sociedades inevitavelmente progredem (OLIVEIRA, 2010).

Em um contexto do desenvolvimento de ideias sobre evolução da sociedade humana, ganha folego, em fins do século XIX, com o conceito de modernização (que foi usado inicialmente na Europa do século XVI em oposição à antiguidade), com um viés de positividade, significando melhoria, referindo-se, nesse novo contexto, “[...] ao suposto processo de evolução que as sociedades passam, saindo de uma condição tradicional e evoluindo para uma sociedade moderna: com alto grau de industrialização, urbanização e tecnologia” (OLIVEIRA, 2010, p. 55).

Esse conceito de desenvolvimento pautado na evolução e se espelhando no progresso da industrialização, urbanização, tecnologias e pensamento ocidentais, marginalizou e desqualificou outras interpretações sobre a sociedade e o processo de mudança social. Oliveira (2010, p. 61) observa, com base nisso, que

[...] toda verdade nada mais é do que uma manifestação da relação entre poder e conhecimento, e nesse sentido, as concepções de desenvolvimento ao longo da história podem ser entendidas como uma manifestação de poder, como um exercício de hegemonia, que reproduz certos discursos em detrimentos de outros.

No âmbito do pós Segunda Guerra Mundial, o discurso do desenvolvimento se torna global, uma maneira de lidar com o fenômeno da pobreza nesse novo contexto pós-Guerra. Com a emergência das organizações internacionais, como o Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, àquela época), em especial a Organização das Nações Unidas, o discurso desenvolvimentista começa a se tornar um discurso normalizador, relacionando-se com a promoção da ordem no plano internacional (OLIVEIRA, 2010).

Essa política do desenvolvimento foi amplificada e consolidada com a rivalidade entre o mundo ocidental e a ameaça comunista, primeiramente como um plano de reconstrução da Europa e, posteriormente, na direção do Terceiro Mundo (OLIVEIRA, 2010). Exatamente isso ocorre com a transformação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, primeiramente envolvido com a reconstrução da Europa pós-Segunda Guerra e, em um segundo momento, transformando-se em um banco de atuação global, mudando de nome inclusive, tornando-se o Banco Mundial.

A partir da década de 1950, o Banco Mundial começa a atuar de maneira marcante na promoção do desenvolvimento nas nações mais atrasadas economicamente, se comparadas a outras que lideravam o desenvolvimento capitalista. Essa promoção foi feita através de empréstimos para investimentos em infraestruturas e setores considerados estratégicos, incentivando a substituição de modelos de produção tradicionais dos países em desenvolvimentos por novas tecnologias, além de massificar

investimentos em setores da economia que tivessem maiores retornos (OLIVEIRA, 2010).

Na maioria das vezes, essas novas tecnologias reforçavam uma dependência dos países desenvolvidos, além da dependência se intensificar pela própria atuação do Banco Mundial, que operava (e opera) por meio de empréstimos, gerando endividamento nas nações em desenvolvimento. Vale salientar que o Banco Mundial, foi um dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas no Brasil, ligadas à modernização da agricultura (modernização autoritária) a partir da década de 1970, incluindo participação nos projetos de perímetros irrigados e barragens no Nordeste do Brasil pelo DNOCS, como vai ser abordado adiante.

A concepção de desenvolvimento do Banco Mundial estava ancorada basicamente no crescimento econômico (assim como a concepção também de outros organismos globais, como ONU e FMI). Contudo, na década de 1960, quando o Banco Mundial era presidido por Robert McNamara, buscou-se alterar a concepção de desenvolvimento que orientava o Banco.

O grande referencial para medir a eficácia das políticas implementadas e o nível desenvolvimento dos países eram as taxas de crescimento interno dos países (PIB) e a medição da renda *per capita*. McNamara defendia uma concepção mais ampla de desenvolvimento, que incorporasse fatores como nutrição, educação, emprego e até distribuição de renda (OLIVEIRA, 2010, p. 77).

Mas, mesmo com essa nova concepção, não houve impacto de maneira imediata nos programas implementados pelo Banco Mundial. Os membros do Banco não tinham interesse em reformular a atuação da instituição, baseada em um entendimento de desenvolvimento mais amplo, atrelado a concepções de justiça e equidade (OLIVEIRA, 2010).

Por pressão dos países subdesenvolvidos, cria-se, no âmbito da ONU, um grupo de discussão relativamente autônomo para questões acerca do desenvolvimento, em 1964, com a primeira Conferência para o Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD); logo depois, em 1965, nasce o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (OLIVEIRA, 2010).

Nos anos 1980 e 1990, tem-se uma ampliação do conceito de desenvolvimento para uma esfera mais humana e ecológica. Em 1987, o relatório Brundtland “[...] amplia o conceito de desenvolvimento, ressaltando a necessidade de promover o desenvolvimento sem comprometer as gerações futuras” (OLIVEIRA, 2010, p. 88). Essa era a ideia fundamental do **desenvolvimento sustentável**, que ganha corpo na década seguinte com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992.

Outra contribuição significativa para ampliação do entendimento de desenvolvimento é a noção de **desenvolvimento humano**. A partir daí, o foco principal do desenvolvimento passa a ser a pessoa humana, e não o Estado em si. A importância do aumento do PIB pesa apenas como um componente necessário para

o desenvolvimento da pessoa humana, mas não o seu fim último (OLIVEIRA, 2010).

Nesse contexto, tem destaque as ideias de desenvolvimento humano de Amartya Sen (2010), que tem enfoque na liberdade, e que contribuíram de forma definitiva para a ampliação do entendimento da noção de desenvolvimento e sua institucionalização (as vezes somente em forma de discurso) na ONU e em outras organizações internacionais e nacionais.

Segundo Sen (2010, p. 16-17),

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Este autor também observa que liberdades de diferentes tipos podem se fortalecer mutuamente. Defende que liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover com mais ênfase a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam sobremaneira a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de prováveis recursos públicos para os serviços sociais.

Já Souza (2013, p. 264), defende um conceito de desenvolvimento ligado à autonomia, ao conceito de desenvolvimento socioespacial, em que a autonomia pode ser mobilizada para a defesa da etnodiversidade e da rejeição da interferência indevida em culturas distintas da Ocidental, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida e maior justiça social.

2.2 O Banco Mundial e Políticas de desenvolvimento

O Banco Mundial tem sua formação em Bretton Woods (Estados Unidos) em 1944, por iniciativa de 45 países (assim como o Fundo Monetário Internacional, sua instituição irmã), mas com hegemonia americana desde a criação (MILLET, TOUSSAINT, 2006; SCANTIMBURGO, 2013).

Na origem, criou-se o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) para auxiliar a Europa após a Segunda Guerra Mundial; o papel do banco evoluiu ao longo do tempo e ele acabou por se tornar na entidade financiadora oficial para o desenvolvimento dos Países em Desenvolvimento (MILLET, TOUSSAINT, 2006).

O Banco Mundial, com o tempo, chega a constituir mais quatro outros organismos, que formam o denominado Grupo Banco Mundial, são eles: a Sociedade Financeira Internacional (SFI) em 1956, responsável pelo financiamento do setor privado dos países em desenvolvimento; a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) em 1960, para a concessão de empréstimos aos países mais pobres; o Centro Internacional para a Resolução dos Diferendos Relativos aos Investimentos (Cirdi) em 1966, que gere os conflitos de interesses, e a Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos

(Amgi) em 1988, que tem como principal função estimular o investimento nos países em desenvolvimento (MILLET, TOUSSAINT, 2006).

O Banco Mundial tem um Conselho de Administração que elege um presidente para um mandato de cinco anos. Existe uma regra, antidemocrática, que afirma que esse cargo é reservado a um norte-americano designado pelos Estados Unidos. Além disso, a distribuição de direitos de voto é desigual, privilegiando os Estados Unidos e seus aliados, como pode-se observar no Quadro 1.

País	%	Grupo presidido por	%	Grupo presidido por	%
EUA	16,0	Bélgica	5,1	Itália	3,2
Japão	8,0	México	4,4	Argélia	3,2
China	5,2	Países Baixos	4,1	Suíça	3,0
Alemanha	4,5	Canadá	4,0	Kuwait	2,8
Reino Unido	4,0	Austrália	4,0	Malásia	2,8
França	4,0	Índia	3,6	Argentina	2,1
Arábia Saudita	2,2	Finlândia	3,3	Zâmbia	1,8
Rússia	2,2	Filipinas	3,3	São Tomé e Príncipe	1,8
				Nigéria	1,6

Quadro 01 - Distribuição dos direitos de voto no Banco Mundial (2014).

Fonte: GOTTINIAUX et al. (2015).

Os primeiros anos de atuação do Banco Mundial (anos 1950 e início dos anos 1960) foram marcados pelos investimentos em infraestrutura física, como ferrovias, estradas, termoelétricas. Para a modernização do setor agropecuário, o Banco Mundial já financiava barragens, hidrelétricas, projetos de irrigação, implementos agrícolas, dentre outros (SCANTIMBURGO, 2013).

O Brasil, desde o início do Banco, era um cliente ativo, recebendo, desde os anos 1950, empréstimos do Bird para projetos de infraestrutura em transporte e energia elétrica, como o empréstimo para a construção da hidroelétrica de Paulo Afonso por meio da CHESF (SCANTIMBURGO, 2013).

Nos anos 1960, o Banco Mundial teve um grande crescimento em número de membros, que passaram de 61 no início da década para 110 ao final da década de 1960, e cresceu significativamente em quantidade de empréstimos. O olhar do banco se voltava para a periferia do mundo, com as revoluções cubanas, chinesas e as independências na África e Ásia. Houve também uma pequena diversificação das áreas de atuação do banco, mas, na década de 1960, o foco dos principais empréstimos ainda esteve centrado nos setores de transporte, energia e agricultura (SCANTIMBURGO, 2013).

O Banco Mundial vai se destacar também na década de 1960, como o grande financiador da Revolução Verde, que vai se intensificar nessa mesma década pelo mundo. Inúmeros projetos e financiamentos voltados para a viabilização de uma agricultura moderna e dependente de insumos agrícolas industriais e sementes

híbridas que vão ser aprovados, muitos, por pressão de indústrias agrícolas e de fertilizantes dos Estados Unidos que estavam interessadas na abertura de mercados, principalmente na periferia (SCANTIMBURGO, 2013).

O enfoque na Revolução Verde para os países em desenvolvimento é reforçado com a criação em 1971 do Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), o que reafirmou o foco do Banco no setor agrícola nesse período, com mais financiamentos em construção de barragens, irrigação e máquinas agrícolas (SCANTIMBURGO, 2013).

O Banco Mundial estava diretamente envolvido no crescimento da irrigação pelo mundo, com o aumento dos investimentos em irrigação nos países em desenvolvimento, alcançando quase 15 bilhões de dólares em 1980. A área irrigada estava em crescimento contínuo em uma média de 2,2% ao ano, desde os anos 1960. Com isso, esse setor estava produzindo um quinto da área de colheita nos países em desenvolvimento e era responsável por cerca de 50% do aumento das áreas produtivas das fazendas no mundo (SCANTIMBURGO, 2013).

É interessante perceber, que naquele momento, a preocupação do Banco Mundial com os recursos hídricos consistia em atender à demanda de água necessária para a expansão da Revolução Verde, suprindo, principalmente, os empreendimentos agrícolas com obras de barragem e irrigação (SCANTIMBURGO, 2013).

Somente anos depois, principalmente nas décadas de 1990 e anos 2000 que o discurso do Banco Mundial vai se adequar ao desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento humano, nascendo uma preocupação mais efetiva com os usos múltiplos dos recursos hídricos, com foco também no abastecimento humano.

A seguir, temos como foco as políticas de irrigação do Banco Mundial no Nordeste do Brasil, com sua interferência direta se executando principalmente desde a década de 1970 até os dias atuais.

2.3 Banco Mundial e políticas de irrigação no Nordeste do Brasil

O Banco Mundial e seu envolvimento nas políticas de irrigação do Brasil, ganha destaque nos anos 1970, com a construção de inúmeras barragens e perímetros irrigados pelo DNOCS, vários, com financiamentos do Banco Mundial.

A sua influência começa no âmbito das políticas públicas estatais conhecidas por Planos de Desenvolvimento do Nordeste, que iniciam na década de 1970. Tais Planos foram inseridos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento - os famosos PNDs, quando do lançamento do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) (GRAZIANO, 1981 *apud* SOUZA, 1997).

O POLONORDESTE, criado em 1974, tinha como objetivo promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de algumas áreas consideradas prioritárias do Nordeste, transformando progressivamente a agropecuária tradicional em moderna economia de mercado (PIMES *apud* CARVALHO, 2001).

A partir desse momento, o Banco Mundial, passa a interferir de forma mais marcante e definitiva no setor de políticas públicas ligadas a agropecuária e irrigação no Brasil e principalmente no Nordeste. No caso do POLONORDESTE, o Banco esteve envolvido desde o início do programa emprestando cerca de 250 milhões de dólares para a execução do mesmo (WORLD BANK, 1983).

Durante a segunda metade da década de 1970, o POLONORDESTE também financiava projetos de irrigação implementados pelo DNOCS e pela CODEVASF. Só entre 1975 e 1977, por exemplo, 21% e 19% dos recursos totais do POLONORDESTE foram alocados para projetos de irrigação do DNOCS e da CODEVASF respectivamente (WORLD BANK, 1983).

Esse Programa se constituiu num divisor de águas nas políticas públicas orquestradas pelo Estado Autoritário, por ser um marco da intervenção do Banco Mundial na Agropecuária Nordestina, quando o então Estado Brasileiro deixaria de ser “autoritário ativo” para ser um mero intermediário das Políticas Internacionais. A partir desse momento, órgãos supranacionais vão intervir com mais frequência e diretamente nas políticas públicas relacionadas à Modernização da Agricultura no Nordeste.

Os anos de 1980 são marcados pelo surgimento da *Crise Fiscal do Estado e do Novo Padrão de Crescimento*. Nesse contexto, os primeiros anos, assim como boa parte da década de 1980, se caracterizaram por um período de forte recessão. No Nordeste, ainda em fins dos anos 1970, tem destaque uma seca de grandes dimensões (1979-83), desorganizando fortemente a economia agrícola do Semiárido. Depois, já em princípios da década de 1980, o Brasil foi atingido por uma de suas maiores crises econômicas, caracterizada por baixo crescimento médio, recessão e elevação do desemprego (CARVALHO, 2001).

Com a crise, o Estado, ao mesmo tempo que corta significativamente os gastos na Área Agrícola, procura buscar saldos comerciais crescentes no Setor Agrícola para pagar a dívida externa. Desta forma, consegue direcionar alguns investimentos e incentivos para as culturas de exportação. Isto se pode notar com a continuação dos Programas que já existiam, como o POLONORDESTE e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), os quais têm a participação do Banco Mundial, como um dos agentes financiadores e diretamente interessado nessa política de exportações.

Também nesse período de crise, começa a ser incentivada pelo Estado a irrigação privada, orientada para o Mercado, já que se precisava de saldos positivos na Balança Comercial para pagar a dívida externa e também por não se dispor de muitos recursos disponíveis para financiar perímetros públicos. Existia também uma pressão do Banco Mundial de incentivo a irrigação privada, fruto de um direcionamento neoliberal na década de 1980 com a administração americana de Reagan interferindo de forma definitiva nas diretrizes do Banco Mundial (SCANTIMBURGO, 2013).

Passaram a existir dois Programas voltados para a irrigação privada, a saber: o Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS),

em 1981, e o Programa de Financiamento para Equipamentos de Irrigação (PROFIR), em 1982.

O objetivo maior da irrigação privada “[...] é a busca da competitividade para o agronegócio globalizado, centrada na expansão de uma agropecuária intensiva em capital e tecnologia nas manchas irrigáveis, encabeçada pela iniciativa privada” (ELIAS, 2002a, p. 26).

Em relação aos perímetros irrigados públicos já constituídos,

[...] com o redirecionamento político do Governo Federal na década de 80, visando um Estado menos intervencionista, mudou o âmago da política de irrigação e buscou-se erigir novos modelos de gestão para os perímetros irrigados. Iniciaram-se estudos tendo em vista a emancipação dos existentes, com o objetivo de transferir aos produtores a responsabilidade pela operação, manutenção e gerenciamento dos projetos públicos de irrigação, privilegiando a administração privada, por parte de empresários, e empresas agrícolas e agroindustriais (ELIAS, 2002b, p. 298).

Com a queda do cultivo do algodão nos perímetros irrigados, ocorrida na década de 1980, foi incentivada, nesses perímetros, a fruticultura tropical para o mercado interno e externo, apontada como uma das possíveis soluções para a agricultura do Semiárido Nordeste. Entre as vantagens comparativas da Região, apontam-se suas condições naturais (altas temperaturas, baixa umidade relativa do ar, luminosidade acentuada), a grande quantidade de terras agricultáveis ociosas e baratas e a tecnologia de irrigação. Essas condições permitiriam a produção de frutos de boa qualidade durante o ano todo, eliminando a entressafra, que pode ser organizada de acordo com a demanda nacional e internacional (ELIAS, 2002b).

A partir de 1985, tem-se a Nova República, com o fim da ditadura militar no Brasil. A partir dessa época, tem-se uma nova fase nos programas de irrigação, marcadas por

[...] decisões adotadas em função de prioridades claramente estabelecidas pelo governo federal, em articulação com o setor privado, havendo uma divisão de papéis mais clara entre ação governamental e privada no desenvolvimento de programas de irrigação, restringindo-se a ação do governo à execução de obras coletivas de uso comum e indutoras da prática de irrigação em áreas potenciais (transmissão e distribuição de energia elétrica e macrodrenagem) e a ações de suporte, cabendo à iniciativa privada as demais providências para a consecução das atividades produtivas (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2008, p. 11-12).

Com isso, em 1986, foi criado o **Programa de Irrigação do Nordeste** (PROINE) e também o **Programa Nacional de Irrigação** (PRONI), cujo mérito foi o de promover mudanças institucionais nos estados, para que todos viessem a contar com infraestrutura, equipes técnicas e produtores rurais já familiarizados com práticas de irrigação. (MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2008).

Esses programas, assim como muitos nesse período, vão ser cofinanciados pelo Banco Mundial, que se consagra como grande associado do Governo Brasileiro (principalmente DNOCS e CODEVASF) e dos Estados Federados no direcionamento de políticas de perímetros irrigados, como no caso do PRONI, que vai ser a primeira

tentativa do Governo Brasileiro de assistência a irrigação privada. No quadro abaixo, tem destaque, alguns empréstimos do Banco para financiar projetos que envolvem perímetros irrigados públicos e irrigação privada, principalmente na região Nordeste, com enfoque para as décadas de 1970, 1980 até 1990 (Ver Quadro 2).

Empréstimo Ano	Tomadores de Empréstimo	Perímetros de Irrigação	Valor em dólares
1153-BR 1975	CODEVASF	23.000 ha PAO DE AÇUCAR (AL) e Boacica, Cotinguiba, Pindoba, Brejo Grande, Marituba e várzeas de Betume.	23.000.000,00 (diques de proteção, esquemas de irrigação no Baixo São Francisco, reassentamento devido projeto de hidrelétrica e produção pesqueira, dentre outros)
2524-BR 1985	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO NORDESTE 2 – RIO GRANDE DO NORTE	Investimento de 4.500 hectares de irrigação pública e previsão de investimento entre 1.000-2.000 hectares de irrigação privada.	61.400.000,00
2680-BR 1986	PROINE - DNOCS, DNOS, SUDENE, CODEVASF GOVERNO FEDERAL	- Desenvolvimento de projetos de irrigação em área estimada entre 300 e 500.00- ha.	48.000.000,00
2719-BR 1986	CODEVASF GOVERNO FEDERAL	Reabilitação de áreas de irrigação e novas áreas de irrigação na Bahia e Minas Gerais, chamados de São Desiderio-Barreiras Sul, Estreito, Formosinho, Curaca, Maniçoba e Projeto Gorituba e Formoso.	57.000.000,00
2883-BR 1987	ELETOBRAS GOVERNO FEDERAL	- Brígida (PE) – 1.500 ha - Pedra Branca (BA) – 2.700 ha - Caraíbas (PE) 5.600 ha	1 3 2 . 0 0 0 . 0 0 0 , 0 0 (incluindo os perímetros e outros serviços)
2950-BR 1988	PRONI GOVERNO FEDERAL	- Credito para as iniciativas privadas de irrigação, com estimativa inicial de prover irrigação privada para 720.000 hectares em novas áreas do Centro-Oeste, Sudeste e Sul.	195.000.000,00
3170-BR 1990	PROINE (DNOCS, DNOS, CODEVASF – GOVERNO FEDERAL, ESTADO DO CEARÁ)	Criação de seis projetos de irrigação no NE implementados pela CODEVASF (Formoso e Barreiras na BA); DNOCS (Tabuleiros de Russas e Baixo Acaraú no CE) e DNOS (Tabuleiros Litorâneos e Platôs de Guadalupe em PI) = 51.000 ha.	210.000.000,00

QUADRO 02 - Banco Mundial: alguns empréstimos associados a projetos de irrigação (1970-1990)

Fonte: World Bank (1975, 1985, 1986, 1988, 1990).

Além dos programas citados de empréstimo, vale salientar que o Banco Mundial financiou dez projetos de assistência para o Nordeste, só no Programa de Desenvolvimento Rural para o Nordeste na década de 1980, além do Projeto mostrado no quadro sobre o Rio Grande do Norte (61.4 milhões de dólares), existiram ainda empréstimos para o estado de Sergipe (61,3 milhões de dólares), Bahia (17 milhões de dólares) e Ceará (122 milhões de dólares) (WORLD BANK, 1985).

Adentrando ao século XXI, o Banco Mundial continua a financiar grandes programas ligados aos recursos hídricos nacionais, como o INTERAGUAS, resultante do empréstimo 8074 em 2011 e suas ações estão espalhadas por vários ministérios, como o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades, além da Agência Nacional das Águas (ANA).

Esse programa, assim como outros programas do Banco Mundial nesse novo contexto, não está voltado exclusivamente ao desenvolvimento da agricultura irrigada, está voltado para os múltiplos usos da água, mas, a agricultura irrigada faz parte de um dos componentes setoriais do referido programa. O projeto está estruturado em componentes setoriais: gestão de Recursos Hídricos, Água, **irrigação** e Defesa Civil e por último, Abastecimento de Água e Saneamento (WORLD BANK, 2015).

Os projetos de irrigação do INTERAGUAS estão ligados a ANA e principalmente ao Ministério da Integração Nacional, onde estão contidas metas como: Plano Diretor de Irrigação do Distrito Federal, além de mapeamento de áreas com potencial para a agricultura irrigada em todo o Brasil, e planos para melhorar o dinamismo de vários perímetros de irrigação e avaliação da implementação do Plano de Irrigação para a parte semiárida da Região Nordeste por meio de PPPs (WORLD BANK, 2015).

O Banco Mundial também tem financiado empréstimos para estados do Nordeste com foco no “Desenvolvimento Sustentável”, que contemplavam os múltiplos usos da água, mas, que também tinham foco na agricultura irrigada. Entre 2011 e 2013, vários estados nordestinos receberam financiamento do Banco Mundial, com destaque para o Ceará em 2011, Sergipe em 2012 e o Rio Grande do Norte em 2013.

O empréstimo ao Ceará em 2011, que deriva do projeto “Desenvolvimento Rural Sustentável e Competitividade do Ceará”, com características multisetoriais, com foco no setor agrícola, pesca e silvicultura (40%); abastecimento de água (25%); irrigação e drenagem (15%); lavoura (10%); tecnologia da informação (10%) (WORLD BANK, 2011).

O referido projeto coloca como um dos objetivos de desenvolvimento propostos, o aumento das áreas irrigadas e da produtividade rural sustentável, com foco nos pequenos produtores (WORLD BANK, 2011).

O empréstimo a Sergipe em 2012, que deriva do projeto “Programa Águas de Sergipe”, além de ter foco na promoção de saneamento e manejo de resíduos sólidos e líquidos, mantém foco na irrigação com destaque no melhoramento técnico, institucional e de sustentabilidade ambiental de dois perímetros de irrigação, da Poção da Ribeira e Jacarecica I, com perspectiva futura em Jacarecica II. Tem destaque no

documento o processo de reabilitação e modernização desses perímetros públicos (WORD BANK, 2012).

O empréstimo ao Rio Grande do Norte em 2013, que deriva do projeto “RN Sustentável”, é um projeto que abrange várias áreas, desde a educação, até a agricultura. Na agricultura, um dos focos é a reabilitação e modernização do perímetro irrigado de Cruzeta, no Seridó do Estado do Rio Grande do Norte, com a implantação de novos métodos de irrigação poupadores de água (WORLD BANK, 2013).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, pode-se observar que a atuação do Banco Mundial nos últimos 50 anos nas políticas públicas ligadas a irrigação no Nordeste foi muito incisiva, com foco em um primeiro momento em financiamentos ligados a perímetros públicos de irrigação, com objetivos de modernizar a agricultura nordestina e inserir pacotes ligados a Revolução Verde, além de ter como destaque também, uma agricultura voltada para o mercado externo e ao superávit da balança comercial, utilizando uma noção de desenvolvimento com ligação íntima com o crescimento econômico.

No momento atual, o foco das políticas do Banco Mundial para a irrigação no Nordeste, é mais sutil, se inserido dentro de projetos de “Desenvolvimento Sustentável”, buscando requalificar os perímetros irrigados, inserindo tecnologias poupadoras de água. Além disso, tem destaque o desenvolvimento da irrigação privada e de PPPs.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Augusto Carlos Avelino Teixeira de. **Centralização de capital e espaço local: a produção de bananas no pólo de fruticultura potiguar**. 2001. 121p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dep. De Ciências Sociais, Natal, 2001.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002a. p.11-36.

ELIAS, Denise. A modernização da produção agropecuária. In: ELIAS, Denise (Org.). **O novo espaço da produção globalizada: O Baixo Jaguaribe – CE**. Fortaleza: FUNECE, 2002b. p.281-346.

GOTTINIAUX, Pierre; MUNEVAR, Daniel; SANABRIA, Antonio; TOUSSAINT, Éric. Os números da dívida 2015. CADTM, 2015. Disponível em: <http://cadtm.org/IMG/pdf/os_numeros_da_divida_2015-2.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.

MILLET, Damien; TOUSSAINT, Éric. **50 perguntas 50 respostas: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **A Irrigação no Brasil: Situação e Diretrizes**. Brasília: IICA, 2008.

OLIVEIRA, Juliano Diniz de. **Ordem, Instituições e Governança**: uma análise sobre o discurso do desenvolvimento no Sistema ONU e a construção da ordem internacional. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2010.

SCANTIMBURGO, André Luis. **O Banco Mundial e a política nacional de recursos hídricos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Hermino Ramos de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.28, n.4, p.499-517, out./dez. 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

WORLD BANK. **Loan Agreement** (Lower Sao Francisco Polders Project) between Federative Republic of Brazil and International Bank for Reconstruction and Development. Washington: World Bank, 1975.

_____. **Brazil** : an interim assessment of rural development programs for the northeast. Washington: World Bank, 1983.

_____. **Report and Recommendation** of The President of The International Bank of Reconstruction and Development to The Executive Directors *on* A Proposed Loan in an Amount Equivalent to US\$61.4 Million to The Federative Republic of Brazil for a Second Northeast Rural Development Project. Washington: World Bank, 1985.

_____. **Loan Agreement** (Itaparica Resettlement and Irrigation Project) between International Bank for Reconstruction and Development and Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS. Washington: World Bank, 1987.

_____. **Implementation Completion Report Brazil**: Upper and Middle Sao Francisco Irrigation Project (LOAN 2719-BR). Washington: World Bank, 1996.

_____. **Implementation Completion Report** Brazil Irrigation Subsector Project (Loan 2950-BR). Washington: World Bank, 1998.

_____. **Implementation Completion Report** on a Loan In The Amount of US\$210 million to The Federative Government of Brazil for The Northeast Irrigation Project (LOAN3 170-BR). Washington: World Bank, 2001.

_____. **Documento de informação do Projeto** (DIP): Etapa Conceitual. Desenvolvimento Sustentável e Competitividade do Ceará. Washington: World Bank, 2011.

_____. **Loan Agreement** (Sergipe Water Project – Programa Águas de Sergipe). Washington: World Bank, 2012.

_____. **Loan Agreement** (Rio Grande do Norte Regional Development and Governance Project – Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte – RN Sustentável). Washington: World Bank, 2013.

_____. **Nota técnica**. Quinta Missão de Supervisão INTERÁGUAS (8 a 12 de junho de 2015). Washington: World Bank, 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-018-6

